

**A SOBREVIVÊNCIA DE UMA POPULAÇÃO RURAL
NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO –
O EXEMPLO DE UMA PARÓQUIA MINHOTA:
ALVITO S. PEDRO**

Fernando António S. MIRANDA

ABSTRACTS

Este trabajo pretende esclarecer y profundizar en el modo en que una sociedad de la comarca del Miño consiguió equilibrar los reducidos recursos económicos disponibles con sus comportamientos demográficos. El ejemplo propuesto es el de la comunidad rural de Alvito S. Pedro (Barcelos), dentro de un contexto temporal de larga duración (1567-1989). Una elevada edad media al primer matrimonio y un fuerte celibato definitivo, complementados por bajas tasas de fecundidad por grupos de edad durante el periodo pre-malthusiano, combinadas con suaves tasas de mortalidad infanto-juvenil y una movilidad activa, habrán sido los comportamientos demográficos que impidieron el desequilibrio entre el Hombre y la Naturaleza en esta comunidad.

This work is aimed to enlighten and deepen the way through which a society of Minho (the northwestern region of Portugal) was able to balance the scarce economic available resources with its demographic acts. The example proposed is the rural community of Alvito S. Pedro (Barcelos), within a long-term temporal context (1567-1989). A high average rate of age at the first wedding and a strong definite celibacy, complemented by low rates of fecundity per age groups during the pre-malthusian period linked with bland rates of child and juvenile mortality and with an active mobility, may have been the demographic behaviours which have prevented the unstability between Man and Nature in this community.

Ce travail prétend élucider et approfondir la façon dont une société du Minho traditionnelle (région située au Nord du Portugal) a réussi à équilibrer ses réduites ressources économiques disponibles avec ses actes démographiques. L'exemple proposé est

celui de la communauté rurale de Alvito S. Pedro (Barcelos) dans un contexte temporel de longue durée (1567-1989). Un âge élevé moyen au premier mariage et un fort célibat définitif, accompagnés de bas taux de fécondité par groupes d'âge pendant la période pré-malthusianisme articulés par de faibles taux de mortalité infantile et une mobilité active furent les comportements démographiques qui ont empêché le déséquilibre entre l'Homme et la Nature dans cette communauté.

**A SOBREVIVÊNCIA DE UMA POPULAÇÃO RURAL
NUMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO –
O EXEMPLO DE UMA PARÓQUIA MINHOTA:
ALVITO S. PEDRO**

Fernando António S. MIRANDA

Introdução

Uma das abordagens mais interessantes nos estudos de cariz demográfico para o Antigo Regime, correlaciona-se com a análise dos factores que estiveram subjacentes e que actuaram nos esquemas de regulação demográfica. Torna-se envolvente perscrutar o modo como a população de épocas remotas conseguiu conciliar os seus recursos económicos com os seus estágios de vida humana –biológicos e sociais– através de uma mudança comportamental súbita ou gradual.

Torna-se aliciante analisar, antes da transição demográfica, o modo como a população de Alvito S. Pedro e-anexa equilibrou os poucos recursos económicos provenientes da terra com os seus comportamentos demográficos. Deste modo, pretendemos saber quais os mecanismos auto-reguladores que funcionaram nesta comunidade até finais do Antigo Regime, como actuaram e que efeitos provocaram. Se o fizeram de um modo consciente ou através de uma "atitude colectiva de racionalidade inconsciente" (Bideau, 1984: 47-48).

É a este conjunto de dúvidas que tentaremos responder.

Este artigo é o resultado de um trabalho prolongado e pormenorizado (Miranda, 1993), o qual foi fruto de uma investigação demorada e con-

sistente sobre uma variedade de indicadores demográficos, referentes à paróquia rural de Alvito S. Pedro e anexa. Estes foram analisados segundo uma concepção comparativa com outros dados portugueses e europeus, todavia, neste trabalho, optámos por apresentar alguns indicadores cujos valores individualizassem o fenómeno de regulação demográfica.

Para a realização do mesmo, tivemos de contar com uma variedade de fontes, de acordo com as necessidades exigidas: registos paroquiais, róis de confessados, livros da décima, livros de contribuição municipal, livros de ordenanças e registos de passaportes¹. De todos estes, os fundamentais foram os primeiros, os quais pela sua qualidade nos permitiram um trabalho de rigor.

O processo metodológico utilizado teve em conta algumas insuficiências do método de Louis Henry (Dupâquier, 1984: 95-121) e sobretudo as características dos registos portugueses. O método por nós aplicado, "Reconstituição de Paróquias", permitiu-nos uma maior aproximação aos fenómenos demográficos, e também possibilitou fazermos uma análise da estrutura económica e social da população de uma forma segura e coerente. Se uma das grandes virtudes deste método é a segurança, rentabilidade e rapidez, existe uma outra relevante, referente à possibilidade de se poderem cruzar vários tipos de fontes distintas dos registos de nascimento, casamento e óbito. As respectivas fichas biográficas podem ser completas com outras informações provenientes de outros documentos, permitindo-nos, não só atingir diferentes níveis de apuramento de resultados em várias direcções, mas também fazer explicações multidisciplinares (Amorim, 1991: 7-25).

1. Enquadramento geográfico e sócio-económico

Alvito S. Pedro é uma das 89 freguesias do vasto concelho de Barcelos (região do Minho – Norte de Portugal), que está em franco desenvolvimento económico-cultural. Actualmente a sua população, lugares, bens patrimoniais e confrontações geográficas são diferentes das do século anterior. Esta situação deve-se, em certa medida, à anexação eclesiástica da ex-paróquia de Ginzo em 1860 e confirmada civilmente.

1. Este livros estão no Arquivo Municipal de Barcelos: *livros de Derrama para a sustentação dos Expostos e Contribuições Municipais, 1856/57 a 1859/69; 1863/64 a 1876/77 e 1885/86 a 1887/88; livro da Décima do Julgado do Neiva, 1762/63 a 1798; 1800/01; 1805 a 1811; 1815/16 e 1818; livro de Ordenanças de 1830/32; livro de Usos e Costumes de 1920; livros de Róis de Confessados de 1745 a 1828; livros de Correspondência de 1800/1850; livros de Correição de 1804/07 e livros de Passaportes de 1827 a 1894.*

É uma paróquia que se enquadra na planície do vale de Tamel, situando-se a 9 Km da sede do concelho, sendo delimitada por várias freguesias: a norte por Panque, Alheira a nascente, a sul por Roriz e a poente por S. Martinho de Alvito e Couto.

A sua população tinha e tem como principal fonte de riqueza a terra. Esta deu para a sua subsistência económica, todavia era parca e estava mal repartida, reflectindo deste modo a dependência e miséria da maior parte da sua população. Em 1758, o pároco da anexa afirmou que "*A terra desta freguesia é arienta, seca e fria, e para se cultivar todos os anos, por ser pouca e os moradores muitos, necessita de muitos esterços para ser abundante de frutos*"².

A população pobre e dependente desta paróquia rural era bem maior do que possamos imaginar. No sentido de elucidarmos esta realidade e de ficarmos a conhecer um pouco melhor a sua estrutura sócio-económica, elaborámos dois quadros distintos, mas complementares para a 1ª met. do séc. XIX, a partir de uma fonte municipal: o livro de Ordenanças. Estas fontes transmitem-nos, não só as profissões, o rendimento do chefe da casa ou da exploração, como a maior parte das fontes fiscais, mas também e sobretudo, o conjunto quase completo dos elementos integrantes dos agregados domésticos: os seus rendimentos, haveres e profissões individuais.

A nível de ocupação, constatámos que mais de 90% da população destas duas freguesias dedicava-se às tarefas agrárias. A maior parte eram lavradores, outros jornaleiros ou criados de servir.

De acordo com as informações sobre "os teres" –rendimentos do "cabeça" da família ou da exploração e respectivos ofícios– construímos um quadro referente aos grupos sociais desta comunidade, consoante a seguinte tipologia classificativa:

– estrato social mais baixo, os que tinham teres até ao valor de 100\$000, os quais estavam catalogados no livro de Ordenanças de "pobre" ou "cabaneiro" ou "jornaleiro" ou "tamanqueiro/carpinteiro". Ao lado da expressão "cabaneiro", na secção dos "teres", havia dois tipos de indicações: "nada tem" ou 10\$000; os teres dos jornaleiros variavam entre a expressão "nada tem" e os 12\$000, 50\$000 e 100\$000; o carpinteiro tinha teres no valor de 6\$000 e o tamanqueiro não tinha nada;

– o "lavrador pobre", expressão utilizada na fonte, classificava todos aqueles que tinham teres entre os 100\$000 e 500\$000, daí, termos englobado a categoria lavrador-caseiro neste grupo, já que os seus teres situavam-se entre os 100\$000 e os 300\$000;

2. *Memórias Paroquiais, vol XVII, memória 50, Arq. da Torre do Tombo, pp. 271-273.*

– "lavradores remediados" foi uma catalogação nossa, visto que acima dos 500\$000 todos foram classificados de "lavradores". Porém, pensamos destrinçar este termo em duas categorias: os remediados, que teriam bens de 500\$000 a 1500\$000, e os lavradores abastados, que tinham teres acima de 1500\$000.

Quadro 1: Grupos sociais e níveis de rendimento de Alvito S. Pedro e Ginzo segundo o livro de Ordenanças (1830/32)

	Alvito S. Pedro		Ginzo		Paroq. reunidas	
	Nº abs	%	Nº abs	%	Nº abs	%
Lavradores:						
Abastados	5a	17	1	3	6	10
Remediados	7	23	6	19	13	21
Pobres	13b	43	8c	25	21	34
Sem nada de seu	5	17	17d	53	22	35
Totais	30	100	32	100	62	100

a) Incluímos um elemento pertencente à nobreza, D. Maria Joana Carmona.

b) Consideramos os lavradores-caseiros e o carpinteiro José Fernandes devido aos rendimentos.

c) Fazem parte deste grupo os sapateiros: João e António Francisco.

d) Fazem parte deste grupo os um tamanqueiro, João Magalhães e o carpinteiro João Baptista.

Parece-nos evidente o empobrecimento da população de Ginzo, em comparação com a de Alvito S. Pedro. Se em 1830/32 havia no Ginzo 78% de chefes de família e respectivos agregados, que viviam numa situação de dependência, em Alvito S. Pedro a percentagem situava-se à volta dos 60%, se englobarmos os dois estratos mais baixos.

Em Alvito S. Pedro encontramos 17% dos proprietários abastados, enquanto no Ginzo só havia 3%, o que corresponde a um só agregado, denotando-se um parcelamento dos rendimentos desta paróquia, originando a dependência geral dos seus moradores. É bem possível que, com o agravamento fiscal e da situação de crise económica nessa época, obrigassem os pequenos e alguns médios lavradores a "(...) perderem e hipotecarem ou pensionarem um campo, uma leira, o gado ou outros importantes meios de produção" (Capela, 1989: 38).

A realidade sócio-económica era dura e drástica: as desigualdades sociais eram enormes, a terra e respectivos rendimentos estavam mal repartidos.

Quadro 2: Rendimentos totais de Alvito S. Pedro e Ginzo segundo o Livro de Ordenanças de 1830/32

	Alvito S. Pedro			Ginzo		
	Famílias	Teres	%	Famílias	Teres	%
Famílias com teres acima de 1200\$000*	5	21.900\$000	73	8	7.120\$000	60
Totais	30	29.909\$000	100	32	11.971\$000	100

* Optamos por esta verba atendendo não só às especificidades dos rendimentos da paróquia do Ginzo, mas também porque os valores dos "teres" reflectem os rendimentos dos agregados com mais possibilidades económicas-sociais.

Estes dados permitem-nos comprovar a ideia atrás mencionada, referente à distribuição da terra e respectivos rendimentos. Além disso, o grosso da população rural destas duas freguesias era constituído por agregados pobres, possuindo uma pequena leira ou não tendo nada de seu - os pobres pedintes, os cabaneiros, os jornaleiros, os artífices e os lavradores-caseiros. Todos estes estavam dependentes de um grupo mais restrito, de "meia-dúzia" de famílias poderosas, as quais detinham entre 60 a 70% dos bens e rendimentos provenientes da terra. Estes valores tornam-se mais dramáticos, se lembrarmos que mais de 60% dos agregados populacionais de Alvito S. Pedro e Ginzo estavam quase totalmente despossados da terra.

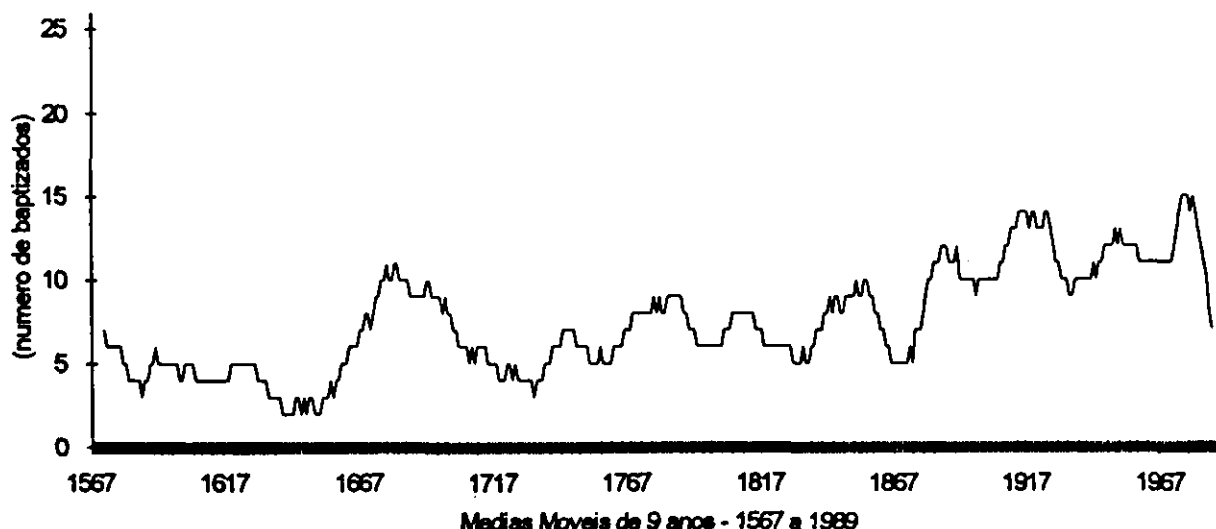
2. Recursos e população

De acordo com este quadro conjuntural, como é que a população de Alvito S. Pedro reagiu? Quais as adaptações comportamentais que teve de adoptar a um meio ambiente económico e social um pouco hostil? Utilizou mecanismos de auto-regulação, durante o Antigo Regime, no sentido de evitar o crescimento desmesurado da sua população?

Tendo por intuito analisar e esclarecer o modo como os mecanismos auto-reguladores actuaram nesta paróquia rural, partimos de um dos valores essenciais das séries vitais dos indivíduos desta comunidade: o volume de nascimentos. Nesse sentido, elaborámos um gráfico "Movimento de Baptizados, médias móveis de 9 anos", de 1567-1989³, o qual perspectiva uma tendência geral da evolução da população de Alvito S. Pedro e anexa.

3. Consideramos o movimento geral de baptizados como razoavelmente aproximado ao movimento dos nascimentos, visto que o registo das duas datas –nascimento e baptismo– passaram a ser integralmente transcritas nos inícios do séc. XVIII (1705) e verificamos que o intervalo entre elas era reduzido.

Gráfico 1: Movimento dos baptizados. Alvito S. Pedro e Anexa



A população desta paróquia teve um ritmo próprio de evolução, notando-se para o longo período de 422 anos tendências assimétricas. Contudo e genericamente, parece-nos que a população desta paróquia "controlou" demograficamente a sua evolução, não permitindo um crescimento exagerado da mesma.

Numa análise mais específica, notamos que para finais do séc. XVI e até à 1ª met. do séc. XVII houve uma tendência de descida do volume de baptizados, atingindo os valores mais baixos nas décadas de 1630-39 e 1640-49, momentos de crise em Portugal, ocasionados pela política de Filipe IV de Espanha e inícios do período restauracionista. Na 2ª met. do séc. XVII, desponta um crescimento relevante da população, mostrando-se duradouro e atingiu o ponto máximo nos finais desse mesmo século; todavia nas 1ª décadas do século seguinte perspectiva-se uma ligeira tendência de descida até 1740. Os anos seguintes indiciam um período de recomposição demográfica, permitindo um crescimento lento para a 1ª met. do séc. XIX, tornando-se mais rápido para a 2ª met., prolongando-se este movimento durante o séc. XX.

Destes ritmos, evidencia-se a ideia de que, a população de Alvito S. Pedro e anexa para o Antigo Regime teve momentos diferentes de evolução: estagnação, de finais do séc. XVI à 1ª met. do séc. XVII, sobretudo nas épocas de crise acentuada; de um irregular e vacilante crescimento até meados do séc. XIX; e de um crescimento moderado desde a 2ª met. do séc. XIX até hoje.

De acordo com estes factos e após a reconstituição da paróquia, relacionámos estas tendências com os diversos comportamentos demográ-

ficos, os quais nos indiciam existirem atitudes próprias e específicas desta comunidade no sentido de se adaptarem ao meio ambiente circundante, o qual não nos pareceu ser o mais favorável.

2.1. O papel da nupcialidade

A importância do estudo da nupcialidade reforçou-se a partir da década de 1960 com os trabalhos de Hajnal, os quais valorizaram o papel deste fenómeno demográfico como regularizador do equilíbrio da população do Antigo Regime. Segundo este demógrafo, existem algumas especificidades do casamento europeu e em especial do modelo representativo dos países da cristandade latina: a existência de um celibato definitivo forte e uma idade tardia ao casamento (Hajnal, 1965: 100-143). Deste modo, o acto de casar e por conseguinte o ponto de partida na formação de um novo núcleo familiar exerceria um papel activo como regulador da população. O facto dos cônjuges, em especial a mulher, casarem em idade tardia funcionou como um entrave ao elevado número de filhos que se poderia ter na época do Antigo Regime, pois reduziria a duração do período fecundo, tal como Dupâquier demonstrou para a população rural da bacia parisiense (Dupâquier, 1979: 387-391).

a) Idade média ao primeiro casamento

A paróquia de Alvito S. Pedro e anexa apresenta alguns dados interessantes que corroboram em grande parte com as ideias de Hajnal e Dupâquier.

No sentido de aprofundarmos este indicador, estabelecemos uma periodização específica, correlacionando as médias móveis de 3 decénios com as dos períodos decenais.

Quadro 3: Idade média ao primeiro casamento

	Homens	Mulheres
1617-1699	27,8	29,9
1700-1799	26,4	31,0
1800-1849	30,2	30,9
1850-1899	29,3	28,0
1900-1969	28,1	26,4
1970-1989	26,7	24,3

De acordo com estes dados, notamos que:

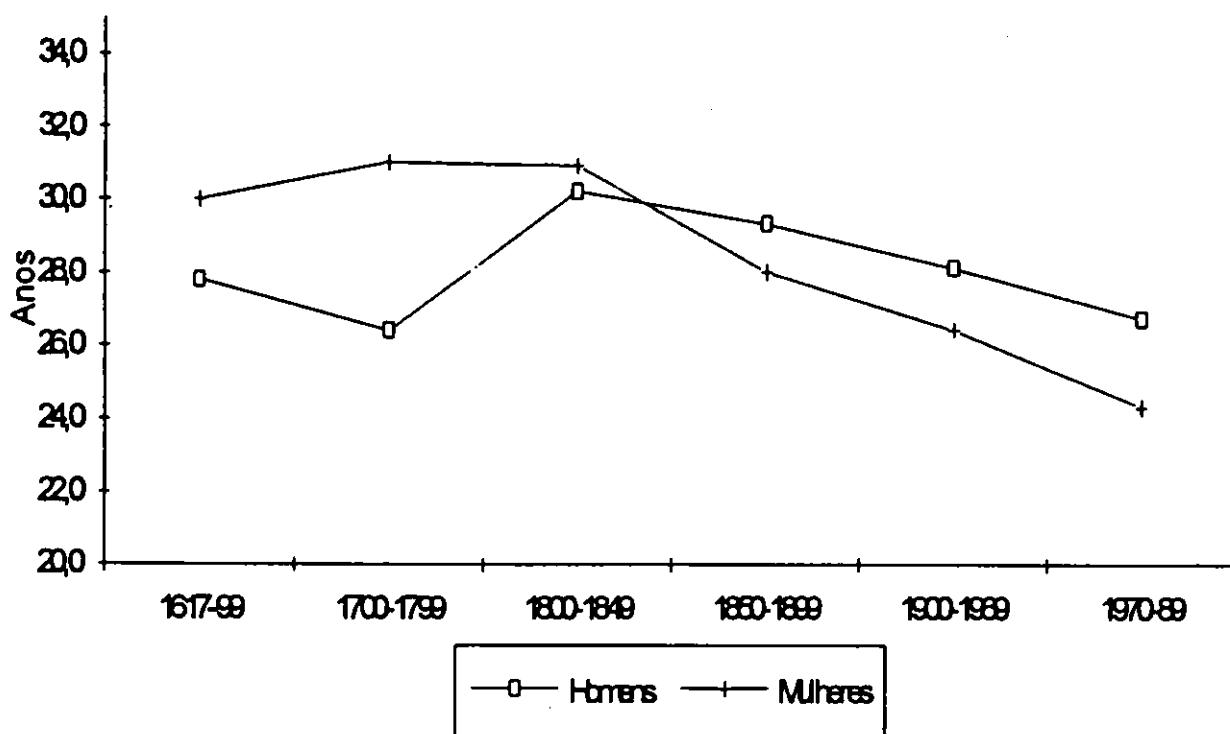
a) a idade média ao primeiro casamento para as mulheres nascidas em Alvito S. Pedro e anexa teve valores sempre superiores à dos ho-

mens, desde o séc. XVII até meados do séc. XIX. A partir desta altura, houve uma inversão desta tendência. A idade ao primeiro casamento dos homens passou a ser superior à das mulheres em dois anos.

b) a idade média das mulheres ao primeiro casamento atingiu valores altos, até finais do séc. XIX, entre os 28,0 e 31 anos, enquanto nos homens estes valores não foram tão lineares.

c) nota-se um paralelismo de descida/subida das idades médias ao primeiro casamento entre homens e mulheres a partir da 2^a met. do séc. XIX até aos nossos dias.

Gráfico 2: Idade média ao primeiro casamento. Alvito S. Pedro e anexa



As possíveis explicações para estes dados são as mais variadas, todavia nenhuma delas isoladamente pode servir de base de argumentação.

O facto de as mulheres de Alvito S. Pedro e anexa casarem em idades mais avançadas do que os homens, de 1617 a meados do séc. XIX, pode estar correlacionado com várias razões conjugadas entre si: emigração diferencial, maior taxa de mortalidade infanto-juvenil do sexo masculino, motivos de ordem material e humana que originaram o adiamento do enlace matrimonial por parte das mulheres em favor dos pais, servindo estas de mão de obra barata para as tarefas agrícolas. A recompensa só viria à morte dos progenitores, através da legítima. Algumas destas ideias foram-nos confirmadas pela base de dados individual que

dispúnhamos. Ficámos a saber que grande número de homens e mulheres desta paróquia só após a morte dos progenitores é que alcançava a sua independência económica e individual.

Outro aspecto interessante, relaciona-se com as elevadas idades encontradas na idade média ao primeiro casamento nesta paróquia, tanto para homens como para as mulheres. Estes valores poderão estar relacionados com a necessidade de se ter uma terra, um bem de subsistência para explorar, quer se fosse proprietário ou rendeiro. Assim e pretendendo uma melhor estabilidade sócio-económica, muitas das vezes, a data da união poderia ter sido adiada até à morte de um dos progenitores. Este adiamento prender-se-ia com a "secreta" esperança de herdar algumas terras ou atingir certa quantia monetária que permitisse comprar algum bem de raiz, no intuito de preservarem ou alcançarem um nível de vida melhor ? Ou, os cônjuges pretenderiam constituir um agregado independente com o mínimo de condições?

É bem possível, que a realização dos casamentos em idades avançadas estejam mais relacionados com a situação económica-social, cultural e familiar dos nubentes, do que a hipótese de constituição de um novo agregado independente. Compreende-se melhor este comportamento, se afirmarmos que, nesta comunidade não houve uma predominância da estrutura familiar neolocal sobre a solução patrilocal, tal como pudemos analisar a partir dos Róis de Confessados (Rowland, 1987: 13-15). Notámos que, estes dois tipos de agregados familiares coexistem em Alvito S. Pedro, indiciando-nos a ideia de que os mesmos foram flexíveis e adaptáveis às condições e circunstâncias da comunidade (Bretell, 1991: 179-182).

Além destes factores, que podem intervir na relação de um casamento, há um outro mais complexo, que será aprofundado noutra capítulo: a emigração. Pelos dados existentes nos Livros de Passaportes, de 1854 a 1894, verifica-se que houve uma saída em número razoável de homens de Alvito S. Pedro na 2ª met. do séc. XIX, comparado com o total de habitantes da paróquia e com o número de emigrantes de outras freguesias do concelho de Barcelos (Miranda, 1993: 162-192).

O factor emigração pode funcionar como motivo de adiamento das uniões, todavia em Alvito S. Pedro, na 2ª met. do séc. XIX, constatou-se que a idade média ao primeiro casamento desceu para ambos os sexos, especialmente para o feminino. Daí que, surja uma outra hipótese: teria havido uma antecipação da boda, em correlação a outras épocas, pelos motivos citados anteriormente ? Ou seja, os cônjuges arriscaram e casaram, apesar das inúmeras dificuldades económicas que poderiam enfrentar ? É bem possível que, com o decorrer dos anos, a situação eco-

nómica e social destes casais agravar-se-ia. As perspectivas seriam cada vez mais negras, obrigando o marido a ausentar-se em busca de melhores condições económicas para sustentar a família... Teria sido assim?

A conjuntura depressionária vivida em Portugal na 2ª met. do séc. XIX foi um facto e poderá servir, em parte, de resposta às dúvidas atrás mencionadas.

O mundo rural vivia em dificuldades: baixa produção agrícola (cereais e vinho); salários pouco compensadores; falta de mão de obra; crise financeira do país em 1891/92 e sentia as consequências da publicação do Código Civil de 1867. Este Código direccionou a população camponesa para o empobrecimento, pelas anomalias ocasionadas na transmissão dos bens de herança. Desta forma, a propriedade foi partilhada, surgindo pequenas parcelas de terra que não produziram o necessário para o sustento dos camponeses (Oliveira Marques, 1981: 296-297).

Esta situação conjuntural foi agravada pela depressão mundial que surgiu em finais da década de 1860, a qual "(...) *teve impacto sobre a economia portuguesa, provocando uma súbita queda dos preços dos produtos exportados e um aumento do desemprego*" (Bretell, 1991: 134-135).

Estávamos em finais de Antigo Regime demográfico. Se compararmos a tendência dos nascimentos na 2ª met. do séc. XIX e a descida da idade média ao 1º casamento para as mulheres em 2,9 anos, parece-nos perfeitamente compreensível o ritmo de crescimento desta paróquia, o qual se prolongou pelo século XX.

Perante estes dados quantitativos e qualitativos, evidencia-se o facto de se casar em idades adiantadas na sociedade rural de Alvito S. Pedro para Antigo Regime, em especial no sexo feminino. Este fenómeno comportamental de características sociais e culturais teve reflexos e um papel decisivo de travão no sistema de reprodução de famílias e por conseguinte dos indivíduos, funcionando como um mecanismo de equilíbrio entre os recursos existentes e a população.

Há um outro aspecto que podemos analisar: a correlação inversa entre a mortalidade e a idade ao casamento. Estudos de A. Perrenoud, D. S. Smith, G. Olhin, A. Bideau e tantos outros, sugeriram a ideia de que na época do Antigo Regime a transição para um modelo de casamento tardio seria uma consequência da diminuição e desaparecimento progressivo das crises de mortalidade.

Transpondo estas concepções para a realidade de Alvito S. Pedro e anexa, parece-nos coexistir em sintonia o comportamento de casar tarde por parte dos cônjuges com um nível de mortalidade adulta relativamente

baixa e estável, tal como mais à frente iremos constatar no gráfico de "Mortalidade de crise dos maiores de 7 anos" (Miranda, 1993: 203-206).

Se houvesse uma alta taxa de mortalidade adulta, esta provocaria, em princípio, a ruptura de uniões, diminuindo não só o nível da população, mas também quebrando o equilíbrio doméstico, originando por conseguinte uma esperança de vida mais baixa e uma descida da idade ao casamento no sentido de recompor o nível populacional. Em Alvito S. Pedro e anexa não foi o caso. Assiste-se a uma situação diferente, na qual a sobremortalidade não foi acutilante e devastadora, existindo valores bastante altos para a esperança de vida, quer para homens, quer para mulheres, durante o Antigo Regime com idades elevadas ao casamento (Miranda, 1993: 220-221).

b) O celibato definitivo

Outro indicador auto-regulador da população no Antigo Regime e que se relaciona com a nupcialidade, foi o celibato definitivo. Quando este atinge valores elevados actua como um freio ao crescimento populacional. Parece-nos que foi o que aconteceu em Alvito S. Pedro e anexa.

Quadro 4: Celibato definitivo (%)

	Sexo masculino			Sexo feminino		
	Solt.	Cas.	Viuv.	Solt.	Cas.	Viuv.
1623-1749						
Menos 50	79	21	-	65	32	3
Mais 50	37	37	26	49	17	34
Total	57	29	14	54	21	25
1750-1849						
Menos 50	72	24	4	77	15	8
Mais 50	29	44	27	45	25	30
Total	43	37	20	54	22	24
1850-1939						
Menos 50	92	8	-	97	3	-
Mais 50	24	39	37	33	24	43
Total	56	25	19	56	17	27
1623-1939						
Menos 50	83	16	1	81	16	3
Mais 50	29	40	31	42	22	36
Total	52	30	18	55	20	25

Numa primeira análise, tendo em conta a globalidade das observações de 1623 a 1939, parece-nos que a população campesina de Alvito S. Pedro assentou numa estrutura de cariz celibatário. Esta tendência toma expressão, quando verificamos que nas gerações falecidas acima dos 50 anos, 29% dos homens e 42% das mulheres ficaram definitivamente solteiros. Porém, este comportamento não foi sempre uniforme com o decorrer dos anos. As percentagens do quadro revelam-nos que a probabilidade de um homem ou mulher casar, nesta comunidade, aumentou cada vez mais ao aproximarmo-nos do século XX.

No 1º período, de 1623 a 1749, torna-se nítida a existência de um celibato definitivo forte: 37% dos homens e 49% de mulheres morreram sem se casar para além dos 50 anos.

No período seguinte, de 1750 a 1849, os valores de celibato definitivo continuaram altos, todavia constatamos algumas diferenças em relação ao período anterior. Notamos uma redução da percentagem do celibato definitivo, em favor daqueles que se casaram, tornando-se mais saliente para o sexo masculino, onde a percentagem caiu de 37% para 29%, enquanto que no sexo feminino desceu somente 4 pontos percentuais, de 49 a 45%.

Para os nossos dias e a partir da 2ª met. do séc. XIX, o celibato definitivo masculino e feminino, das gerações de 1850 a 1939, reduz-se nitidamente: o primeiro situa-se em 24% e o segundo em 33%. Contudo, podemos afirmar que, estes valores ainda continuam elevados, apesar da redução da idade média ao 1º casamento a partir da 2ª met. do séc. XIX, quer para o sexo masculino, quer para o feminino. A quebra da idade média ao 1º casamento para os cônjuges de Alvito S. Pedro a partir de 1850 parece ter repercussões no celibato definitivo, na medida em que houve uma redução dos respectivos valores percentuais por sexos.

O facto dos resultados globais do celibato definitivo masculino e feminino, de 1623 a 1939, terem percentagens tão elevadas, leva-nos a pensar que o facto de ficar solteiro não sugere ter sido uma acção isolada, mas parece que esteve "estruturada" nas mentes e comportamentos desta população rural, sobretudo para aqueles que nasceram e lá residiram até à 2ª met. do séc. XIX. A ideia de que no campo o celibato definitivo era muito raro, tanto para os rapazes, como para as raparigas, não parece ter correspondência nesta pequena comunidade rural (Guillaume e Poussou, 1970: 181-183).

Como explicar estes dados? Como justificar que o celibato definitivo feminino seja sempre mais elevado do que o masculino?

Ligado ao fenómeno de celibato definitivo intervêm três aspectos que se correlacionam com o fenómeno de nupcialidade: a viabilidade do ca-

samento, a vantagem do mesmo e a existência de pares disponíveis, originando assim, a combinação de factores de ordem económica, cultural e demográfica (Bretell, 1991: 147).

Somos levados a pensar que devido às elevadas percentagens deste indicador para ambos os sexos em Alvito S. Pedro, o estar e viver solteiro para além de poder ser atractivo, era, sobretudo, económica e socialmente viável.

Numa sociedade rural que dependia exclusivamente dos bens produzidos pela terra através do esforço humano, é possível que se tenha enraizado no comportamento desta população a ideia de que, tornar-se-ia mais fácil ultrapassar as dificuldades económicas, fome e pobreza, se se permanecesse em casa dos pais no estado de solteiro. Criar um novo agregado e sustentar os vários filhos que iriam nascer seria uma tarefa pouco atraente e compensadora. Na verdade, as idades médias ao primeiro casamento entre as mulheres e os homens de Alvito S. Pedro foram muito elevadas. Os cônjuges desta paróquia quando casavam, certamente, teriam uma base económica que pudesse suportar o novo agregado familiar a constituir.

Outro facto a ter em conta, foi a possibilidade dos próprios progenitores terem protelado e desaconselhado o casamento dos filhos, sobretudo das raparigas tendo em conta o seu papel no agregado, ajudando-os nas tarefas domésticas e agrícolas. Esta atitude de retenção evitaria pagar ou contratar mão de obra estranha, prometendo-lhes recompensar os seus serviços, deixando o terço àquele(s) que ficasse(m) e cuidasse(m) deles, quer fosse(m) casado(s) ou solteiro(s).

A variável mobilidade poderia ter exercido também a sua influência neste comportamento. Pensamos que as condições económico-culturais tiveram um papel relevante no celibato definitivo nesta comunidade, tanto no sector masculino, como feminino. Contudo, o desequilíbrio demográfico resultante de uma maior mobilidade masculina, como parece ter sido em Alvito S. Pedro, sugere um aumento do celibato definitivo feminino em relação ao masculino.

A condição de ficar solteiro após os 50 anos, não foi um comportamento isolado de uma ou outra família de jornaleiros, médios ou grandes proprietários. Um número razoável de famílias, nesta paróquia, teve um ou mais filhos nestas condições, visto que este fenómeno surgiu em larga escala.

Homens e mulheres solteiras acima dos 50 anos tiveram uma vida socialmente aceite, desempenhando positivamente o seu papel no plano económico do agregado familiar e da comunidade. Porém, para os nossos dias, novas condições económico-sociais e culturais surgiram nesta

comunidade, originando alterações no comportamento das pessoas lá residentes, em especial na redução do celibato definitivo para ambos sexos.

Custa-nos hoje a acreditar que tenha havido um número elevado de mulheres e homens solteiros que nunca se casaram, mas temos que compreender que os tempos são outros e os desejos e condições de agora não são os de outrora.

Estes comportamentos individuais conscientes, que compõem os comportamentos colectivos, actuaram como um mecanismo de equilíbrio entre os recursos económicos de uma sociedade pobre e dependente e o potencial reprodutivo. De salientar, que a actuação destes indicadores de impedimento do crescimento desmesurado da população (idade tardia ao 1º casamento e celibato definitivo) funcionaram em pleno, visto que os possíveis recasamentos existentes nesta paróquia tomaram valores percentuais reduzidos, em especial para o sexo feminino (Miranda, 1993: 87-91).

2.2. A fecundidade

Em Alvito S. Pedro, para além do papel regulador da nupcialidade, houve um conjunto de factores fisiológicos, sociais e culturais que agiram sobre o processo de fecundação dos casais desta paróquia, levando ao aparecimento de sistemas de controlo de uma determinada população (Bideau, 1984: 56-63).

Quadro 5: Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e ratio da fecundidade legítima total (R.F.L.T. dos 20-49 – mil mulheres)

Períodos	nº obs.	Grupos de idades							R.F.L.
		-20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
Antes1750	131	—	375	355	323	286	170	35	7,72
1750-1819	49	—	426	417	361	303	157	18	8,41
1820-1899	62	—	301	386	284	240	136	12	6,79
1900-1939	69	—	351	292	231	180	80	7	5,70
1940-1989	67	—	396	254	136	92	38	-	4,58

Pelos dados do quadro, perspectiva-se o "eixo temporal" de separação dos comportamentos reprodutivos desta comunidade.

A primeira fase caracteriza-se por um comportamento reprodutivo de "fecundidade natural", onde não se praticava a limitação voluntária dos nascimentos, estendendo-se até finais do séc. XIX. Porém, surgem in-

dícios nos últimos grupos de idades da mulher e no "ratio" de fecundidade legítima total para o sub-período de 1820-1899, de que, possivelmente, para finais do séc. XIX parece ter havido uma ténue tendência de controlo de nascimentos.

Na segunda fase, de 1900-1989, nota-se um comportamento reprodutivo muito diferente, em favor do "birth control" (Pressat, 185: 77), ou melhor, de uma programação dos nascimentos por parte dos casais, a qual se vai solidificando ao longo dos anos.

Esta tendência é corroborada pelos valores do quadro nº 6.

Quadro 6: Idade média da mãe ao nascimento do último filho

<u>Períodos</u>	<u>Observações</u>	<u>Idade média</u>
Antes de 1750	83	41,8
1750-1819	27	40,1
1820-1899	38	40,2
1900-1939	43	36,6
1940-1989	37	34,7

Detecta-se nitidamente a 1ª fase, de "fecundidade natural", que vai até 1899. Os valores encontrados para os três sub-períodos reduzem-se a um intervalo mínimo de ano e meio, entre 41,8 (antes de 1750) e 40,2 (1750-1899). Na fase seguinte, caracterizada pelo controlo dos nascimentos, em inícios do séc. XX, pode-se constatar uma quebra acentuada da idade média ao nascimento do último filho, projectando-se pelos 36,6 anos, de 1900 a 1939, baixando ainda mais para os nossos dias, situando-se nos 34,7 anos, devido, certamente, à utilização em maior escala dos meios técnicos mais eficazes no controlo da natalidade nesta paróquia.

A existência destas duas fases ou períodos com ritmos distintos, tendo por base os comportamentos reprodutivos das famílias de Alvito S. Pedro, não escondem outras tendências díspares de alta ou baixa fecundidade nesses períodos.

Como se explicarão estes valores encontrados em Alvito S. Pedro durante o Antigo Regime? (Flinn, 1989: 148-153).

Nessas sociedades existiram vários mecanismos de regulação do processo de fecundidade, os quais influenciaram o aparecimento de sistemas novos ou adaptados no intuito de regularem a prática de "fecundidade natural" (Bideau, 1984: 47-68).

Um dos mecanismos mais comuns e utilizados nessas sociedades pelas mães, foi a prática de aleitamento prolongado. Este comporta-

mento, ainda hoje, é alvo de grande interesse e preocupação por parte das mães, no intuito de terem mais leite para alimentarem os seus filhos, evitando quanto possível a secagem dos peitos. Para tal, há um cuidado extremo em proporcionar uma alimentação adequada e eficaz às mulheres que estão a amamentar⁴. Esta acção consciente ou inconsciente, levada a cabo pelas mulheres, reduzia as suas potencialidades de reprodução. É possível que este hábito cultural de amamentar os filhos até tarde tenha tido um papel activo no processo de fecundidade das mulheres de Alvito S. Pedro, apesar das dificuldades surgidas pelas pressões diárias, de acordo com as exigências da actividade agrícola.

Uma das "histórias", lenda ou não, que as gerações mais antigas contam às mais novas, prende-se com a importância que o leite materno tinha no sustento dos filhos. Segundo elas, as mulheres para salvaguardarem o seu leite praticavam o seguinte costume: logo após terem o filho e antes de nascer o dia, dirigiam-se a uma fonte situada num lugar ermo do monte de Louzado, conhecida como a Fonte do Sol. Lá, lançariam uma moeda, mas segundo outras versões seriam migalhas de pão. Quer fosse uma coisa ou outra, no acto de lançamento teriam de realizar certas preces, com o objectivo de preservar a sua fonte de vida —o leite materno— evitando que esta secasse. Na verdade, a Fonte do Sol existe ainda hoje nesse monte, tendo a particularidade de nunca ter secado (Boletim da Junta, 1989: 10-11).

Relacionado com este factor, poderá estar um outro que nos é difícil de concretizar para este período por falta de dados documentais e numéricos: a baixa taxa de mortalidade infantil.

Se houvesse uma mortalidade baixa das crianças nas idades até um ano, o intervalo da ovulação seria mais longo, desde que as mães dessem o seio, provocando um alargamento dos intervalos intergenésicos. A taxa de mortalidade infanto-juvenil calculada para a paróquia de Ginzo, de 1738 a 1821, através do cruzamento dos róis de confessados com os registos paroquiais (Miranda, 1993: 206-208), indica-nos que, a mesma era baixa, o mesmo acontecendo com a mortalidade infantil da comunidade de Alvito S. Pedro após 1859.

Julgamos que esta componente da mortalidade actuou na anexa do Ginzo de uma forma muito suave, sobretudo para a 2ª met. do século XVIII, agravando-se nas primeiras décadas do século XIX.

4. Num trabalho de carácter antropológico orientado por Pina de Cabral, ouvimos algumas mulheres de Alvito S. Pedro a afirmarem que, "(...) boa comida e bom vinho (...)" eram fundamentais para fornecer à mãe capacidade de produzir leite materno, porque era mais útil e barato na alimentação dos filhos recém-nascidos.

*Quadro 7: Mortalidade até aos 7 anos no Ginzo
(Gerações nascidas de 1738 a 1821)*

Periodos	Total de nascidos	Faleceram até 7 anos	Quociente mortalidade
1738-1749	34	7	206
1750-1759	24	4	167
1760-1769	31	4	129
1770-1779	40	5	125
1780-1789	43	9	209
1790-1799	24	3	125
1800-1809	35	10	286
1810-1821	35	12	343
1738-1821	266	54	203

As gerações nascidas nesta anexa, de 1738 a 1821, não foram muito afectadas pela morte até completarem os 7 anos, visto que o quociente de mortalidade infanto-juvenil calculado para essas gerações foi de 203 em mil, o que se torna genericamente baixo para a época, quando comparadas com outras calculadas para certas regiões da Europa Ocidental (Amorim, 1987: 127).

*Quadro 8: Mortalidade infantil en Alvito S. Pedro e anexa
(Gerações nascidas de 1859 a 1989)*

Gerações	Sexo masculino	Sexo feminino	Totais
1859-1869	114	161	136
1870-1879	118	182	149
1880-1889	82	152	122
1890-1899	85	19	50
1900-1909	69	49	61
1910-1919	147	82	118
1929-1929	35	96	69
1930-1939	83	21	52
1940-1949	58	43	52
1950-1959	45	—	25
1960-1969	48	43	45
1970-1979	26	15	21
1980-1988	27	—	13
1859-1988	70	64	67

Os quocientes de mortalidade infantil não parecem ser elevados desde a década de sessenta e setenta do séc. XIX, situando-se à volta de 136‰ e 149‰ respectivamente, vindo a descer progressivamente para o séc. XX.

Não podemos generalizar estes comportamentos, porque se reportam a períodos diferentes, todavia parece-nos haver um factor comum: a mortalidade infanto-juvenil deverá ter sido relativamente "benevolente" para as crianças desta comunidade rural.

Um outro aspecto que não se deve descurar, mas não passa de uma mera hipótese que teria influência nas taxas de fecundidade calculadas para Alvito S. Pedro, foram as possíveis carências alimentares neste sub-período, as quais aliadas às canseiras provocadas pelas actividades agrícolas, poderiam reduzir a capacidade reprodutiva das mulheres nas idades mais fecundas, bem como a redução de contactos sexuais em certas alturas do ano por acção interventiva da Igreja Católica. Na verdade, e segundo a rubrica "repartição dos nascimentos segundo os meses", notámos que até finais do séc. XIX existem indícios de que o acto reprodutivo dos casais de Alvito S. Pedro e anexa estavam dependentes das prescrições religiosas –Quaresma, Advento e trabalhos agrícolas (Miranda, 1993: 105-107)–.

Torna-se difícil ter uma argumentação eficaz para explicar as razões subjacentes às baixas taxas de fecundidade legítima em Alvito S. Pedro, para o Antigo Regime. Todavia, os mecanismos fisiológicos e os factores sócio-culturais, como o aleitamento prolongado, a duração da abstinência pós-parto ou pelo menos a redução de relações sexuais por motivos religiosos, poderão ter sido importantes nesta comunidade rural, em especial na acção reguladora da fecundidade em sociedades de fracos e reduzidos recursos alimentares.

Todos estes dados e ideias confirmam a tendência de que a sociedade exerce uma pressão social e cultural sobre o comportamento dos indivíduos, "obrigando-os" a adaptar atitudes que permitissem regular o movimento natural dos mesmos, tal como nos indicia o movimento global de baptizados.

2.4. A acção da mobilidade

Até há pouco tempo, grande parte dos estudos demográficos indicavam a ideia de que a população permanecia numa estabilidade relativamente estática, na qual as saídas/entradas não exerceriam grandes alterações à estrutura demográfica. Todavia, com o aprofundamento das investigações ficou demonstrado que houve movimentos intensos de mobilidade entre a população, os quais influenciaram o seu estado e evolução.

Quando alguém sai ou abandona os seus lugares, bens e família para sempre ou temporariamente, não o faz de bom grado. Podem sair pelas

mais diversas razões, todavia quando o fazem, é em resultado de pressões que os obrigam a procurar algo de melhor: falta de recursos adequados no lugar de residência, miséria, incompatibilidades religiosas, excesso de gente... (Flinn, 1989: 110-111). Estas saídas, na generalidade, funcionaram nas sociedades tradicionais como um mecanismo equilibrador entre recursos económicos e população e afectaram sobretudo os grupos de idades dos adultos jovens. Saíam em idade reprodutiva, contribuindo para reduzir ou prolongar as oportunidades de matrimónio, desequilibrando a relação entre sexos em idade ao casamento (atrasando a idade do casamento e aumentando o celibato definitivo), repercutindo-se nos níveis de fecundidade (diminuindo a fertilidade e reduzindo a taxa de crescimento demográfico).

Em Alvito S. Pedro e anexa este fenómeno actuou, exercendo um papel regulador na vida das famílias desta sociedade rural. No sentido de concretizarmos estas ideias, recorreremos ao cruzamento dos elementos existentes na "base de dados" com outros provenientes dos Róis de Confessados para o período de 1745 a 1828 e dos Registos de Passaportes de 1854-1894. Através deste processo, isolámos o indivíduo do agregado familiar, traçámos a trajectória individual de vida do migrante, levando-nos assim, a uma melhor identificação desse indivíduo e a uma maior consistência dos valores referentes ao fenómeno migratório (Amorim, 1992: 171-172).

a) Abordagem do fenómeno migratório a partir dos Róis de Confessados

Os primeiros Róis de Confessados que consultámos, remontavam a 1745 e o último datava de 1834, notando-se a ausência de alguns, em certos anos⁵.

O primeiro problema que se nos deparou de imediato, foi o facto destas fontes corresponderem apenas à anexa do Ginzo, a qual nesse período era uma paróquia independente de Alvito S. Pedro. Todavia, por aproximação geográfica, económica e cultural, a realidade migratória do Ginzo não seria muito diferente da sua vizinha. A coesão entre elas, reforçou-se pela coexistência de alguns factores: a contiguidade, o quadro geográfico natural comum (o mesmo vale, rio e monte), a estrutura económica (agricultura como actividade essencial a estas populações), os elementos culturais e religiosos (Miranda, 1993: 154).

5. Durante os 84 anos analisados, 1745 a 1828, notamos a falta de 19 listas de confessados e comungados. A inexistência destes róis não nos impediram de fazer um trabalho proffcuo e metódico, visto que as lacunas corresponderam a anos intercalares. Por analogia comparativa, entre o rol do ano lacunar anterior e posterior, foi nos possível identificar os presentes e ausentes da paróquia.

Daí que, o carácter limitativo dos róis não se tornaria um impedimento ao estudo da mobilidade das gentes de Alvito S. Pedro e Ginzo. Estes permitiram-nos uma análise transversal e imediata da população, em números, ausentes, menores e fogos. Este processo fiscalizador elaborado pela Igreja Católica era rigoroso e metódico, não escapando ninguém com sete ou mais anos ao preceito da desobriga pascal, sem que fosse rotulado de "rebelde" (Amorim, 1982: 8-9).

Tornar-se-ia incomensuravelmente difícil e fastidioso descodificar rol a rol, se não tivéssemos uma "base de dados" da população de Ginzo previamente constituída a partir dos registos de nascimento, casamento e óbito. Estas listas nominativas anuais adquirem toda a sua importância como fonte peculiar para o estudo da mobilidade, após a reconstituição da paróquia.

A partir do "ficheiro de família" correlacionámos os seus dados referentes à paróquia de Ginzo com os agregados mencionados nos róis, possibilitando-nos assim, conhecer e acompanhar todo o trajecto de permanência/ausência de qualquer indivíduo dentro da sua estrutura familiar.

A grande limitação destas listas, encontra-se na inexistência de informações sobre os menores de 7 anos, visto que esta lacuna decorre da ausência ou sub-registo da mortalidade infanto-juvenil por parte dos párocos. Logo, impossibilita-nos o cálculo do número total de residentes, ano a ano. Algumas vezes e à margem do assento de baptismo, encontramos o dia do falecimento, mas este registo não foi sistemático. Porém, os dados do quadro tornam-se coerentes, na medida em que antes dos 7 anos a mobilidade isolada foi desprezível ou nula. Afirmamos esta ideia, visto que trabalhámos minuciosamente família a família e indivíduo a indivíduo e constatámos que não houve saída de indivíduos com menos de sete anos. Deste modo, incidimos a nossa observação sobre a população residente com 7 ou mais anos.

Ultrapassada esta dificuldade e de acordo com as fontes que tínhamos, propusemo-nos a estudar, ano a ano, o volume de residentes no Ginzo. Este era constituído não só por aqueles que nasceram lá, mas também por aqueles que aí constituíram família, visto que os que estavam de passagem foram registados como tal pelo pároco, não sendo contabilizados no quadro.

Se algum dos elementos residentes se ausentava da paróquia, o padre colocava à frente do respectivo nome o símbolo "ab" (ausente) e muitas vezes indicava o local para onde se tinha deslocado. Este símbolo, segundo a nossa descodificação, era usado sempre e, até ao momento em que o agregado de que ele fazia parte existisse ou tivesse notícias dele.

Se ele morresse, aparecia a palavra "obit", incluindo os que estavam na paróquia. Esta situação sempre foi testada e comprovada pelo recurso ao ficheiro de famílias, onde se encontrava assinalada a data do falecimento da pessoa em questão.

Para aqueles que viviam no Ginzo e lá faleceram, convençionámos contabilizar como residente, naquele ano, o indivíduo que pelo menos vivesse 6 ou mais meses nesse mesmo ano. A mesma convenção foi utilizada para todos aqueles que casaram e lá residiram, deixando de permanecer na paróquia depois do enlace, desaparecendo do rol no ano seguinte. Houve vários casos de indivíduos ausentes que em frente do seu nome tinham a palavra "casou", deixando de ser mencionados no rol seguinte⁶.

De acordo com estas ideias, elaborámos um quadro que tenta contribuir com alguns dados para o estudo da mobilidade de uma comunidade rural do Antigo Regime, estimando por aproximação o movimento migratório da paróquia de Ginzo de 1745-1828, partindo da população residente com 7 ou mais anos (Miranda, 1993: 156-157).

*Quadro 9: Estimativa do movimento migratório de Ginzo (1745-1828)**

	População ausente		
	Homens	Mulheres	Totais
1745-59	11,9	5,9	17,8
1760-69	12,5	5,5	18,0
1770-79	8,5	4,9	13,4
1780-89	9,7	6,5	16,2
1790-99	12,8	8,0	20,8
1800-09	15,4	6,6	22,0
1810-19	14,8	8,1	22,9
1820-28	8,4	8,5	16,9

* População com 7 ou mais anos.

Pelos valores indicados no quadro, desvaneceu-se-nos a ideia que tínhamos de estabilidade ou permanência constante, sem grande volume de migrantes, desta comunidade durante o Antigo Regime.

6. Uma outra dificuldade que referimos neste texto, foi o facto de não termos encontrado listas para certos anos dentro do período 1745-1828. Este entrave não se tornou impedimento, visto que a falta de alguns censos foi um acto isolado e raramente atingiram dois anos consecutivos. Ultrapassamos esta dificuldade, através da comparação do rol anterior e posterior. Constatamos que genericamente as alterações foram diminutas e as que existiram foram completadas pelas indicações do ficheiro de família. Mais segurança tivemos nos dados, quando verificamos que os párocos ao redigirem os róis preocuparam-se em saber se cada um dos fregueses faltou aos preceitos pascais. E, notamos que, durante o período de 1745-1828 não houve nenhum sinal de rebeldia.

Nesta pequena paróquia rural do Ginzo, genericamente, 18 a 19% da sua população ausentou-se, desde meados do séc. XVIII até à 3ª década do séc. XIX. Este valor nem sempre foi constante, oscilando conforme os tempos de pressão económica e demográfica.

Creemos que, nas décadas onde o valor percentual de ausentes foi baixo, correspondeu uma maior e melhor acção produtiva da terra e por consequência, uma maior necessidade de braços de trabalho, estimulando a permanência. Estes dados perspectivam-nos possíveis anos de estabilidade económica e ausência de maus anos climáticos, onde a capacidade produtiva da terra ía respondendo aos anseios das famílias, evitando as separações do agregado.

Mas, o mundo rural teve momentos difíceis, de crise, ocasionados por: quebra da produção agrícola (crises cerealíferas), instabilidade climática e política, conflitos militares e subida de impostos. De acordo com este cenário, a fonte de riqueza de Ginzo –a terra– parece não ter conseguido responder às necessidades económicas e pressões demográficas, obrigando famílias a cindir-se, partindo alguns dos seus elementos para outros locais em busca de melhores condições. Teria sido o que aconteceu na paróquia de Ginzo, bem como noutras comunidades rurais, em finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX. Esta ideia não escapou à perspicácia de Viriato Capela, o qual constatou que após 1791 houve carestia e falta de pão no concelho de Barcelos devido às crises cerealíferas do último quartel do século dezoito (Capela, 1989: 202-207).

Mas a realidade foi muito mais dura, tornando-se insuportável para as populações devido aos impostos: *"E ao longo da segunda metade do séc. XVIII sobretudo quando desde 1762, 1801 e 1808 se agravam e ateiam novos conflitos armados com Espanha e as tropas napoleónicas invadem o território nacional, o Estado é cada vez mais (...) uma poderosa máquina de recrutamento e cobrança de impostos. E o município em contacto com os povos e os locais de combate e movimentação de tropas, é cada vez mais um instrumento de acção estatal (...) especialmente no domínio da arrecadação de novos impostos (...) para além das contribuições ordinárias, é agora uma autêntica tempestade de novos ou duplicados impostos que não poupam ninguém"* (Capela, 1989: 261-288).

O quadro foi muito negro para as populações rurais, em especial as mais necessitadas.

Depois desta explicação, das possíveis razões que estariam subjacentes à saída de um número elevado de residentes na pequena comunidade rural do Ginzo para outros locais, seria oportuno esclarecer outras dúvidas. Quem saía mais da paróquia, mulheres ou homens? Para onde íam? Com que idade? Regressavam?

É difícil dar respostas exactas a estas questões, porém há indicações plausíveis para estas dúvidas.

Se analisarmos por sexos este movimento migratório, constatamos que os elementos do sexo masculino saem em maior percentagem do que o feminino. A diferença oscilou bastante, porém para a década de 20 de oitocentos notou-se um esbatimento, houve um maior volume migratório para o sexo feminino em relação ao masculino, perspectivando-se um período diferente na migração do Ginzo para os dois sexos.

De 1745 a 1828, a maior percentagem da saída de homens verificou-se no séc. XIX, de 1800 a 1819, onde 15% saem da paróquia. Todavia, o menor valor do caudal migratório masculino, nesta paróquia, 8,4% recai também, nesse século, após a Rev. Liberal, de 1820 em diante. Em relação ao sexo feminino, o comportamento foi um pouco diferente, atingindo o valor máximo de 8 a 8,5% nas últimas décadas do séc. XVIII e nas primeiras décadas do séc. XIX.

Um outro facto que teve, certamente, influência na oscilação de qualquer movimento de migração, foi a possível acção das autoridades no controlo da emissão de passaportes para os cidadãos nacionais que queriam deslocar-se de comarca. Esta intenção fiscalizadora, por parte do poder Central e da Intendência Geral da Polícia, poderia ter limitado o volume migratório em certas épocas, de acordo com os alvarás e ordens emanadas destas entidades.

Esta acção fiscalizadora teria tido mais êxito no período da Monarquia Constitucional. Surgem-nos nessa época, 1820 em diante, uma série de recomendações e ordens da Polícia Central, no intuito de regular e controlar a circulação de pessoas nacionais e estrangeiras, que não tenham passaportes válidos⁷. É muito provável que os valores indicados no quadro, a partir da Revolução Liberal, sejam reflexo de todas estas acções e ordens, com o objectivo de controlar os movimentos das populações. Mas este controlo tem significado se conhecermos o destino dos migrantes de Ginzo.

Para onde iam e com que idade?

Foi relativamente fácil confirmar a idade de saída das pessoas que nasceram na paróquia. Saem jovens e raramente regressam, quer sejam homens, quer mulheres. Saíam por volta dos 10 aos 14 anos. Alguns, raramente, partiam aos 8 anos de idade, eram sobretudo rapazes e dirigiam-se para os mais variados locais.

Os elementos do sexo masculino saíam em média um ou dois anos mais cedo do que as raparigas. Quer uns, quer outros, deslocaram-se em

7. *Livro de Correspondência de 1821/25*, Arq. Mun. de Barcelos.

sentidos múltiplos, mas a actividade que foram exercer era a mesma: criados de servir. Estas informações foram-nos transmitidas pelos róis. Quando um destes indivíduos que se ausentou, morreu ou casou, aparece indicado no rol o local onde residia e o que estava lá a fazer.

Os locais que absorveram a maior parte desta mão de obra originária do Ginzo situavam-se perto: Alvito S. Pedro, Roriz e Couto (freguesias vizinhas); Arcozelo, Carapeços, Milhazes, Gilmonde, Galegos Sta Maria e Oliveira (freguesias do concelho). Outros locais são mencionados: Marrases, Prado, Braga, S. Pedro de Rates, Porto, Lisboa e Brasil. Os locais mais preferidos foram Alvito S. Pedro, Gilmonde, Braga e Lisboa.

Um aspecto interessante da migração desta paróquia rural, foi o facto de apenas determinadas famílias terem tido elementos ausentes. Em algumas, o fenómeno - migração - não pareceu afectá-las, mesmo nas épocas onde cresceu a mobilidade geral da paróquia. Esta ideia, leva-nos a pensar que parece ter havido uma "especialização" do fenómeno migratório em certos agregados. Quando sai um elemento de uma família, passado um ou dois anos, outro elemento (irmão/irmã) também sai, enquanto noutras, este fenómeno parece ser desconhecido.

Certamente, os poucos recursos económicos e o número de "bocas" a alimentar, de certos núcleos familiares, estiveram na origem destas sucessivas partidas de elementos. Esta argumentação solidifica-se na medida em que nas famílias que tiveram um ou dois criados jamais se verificou a saída de alguém no o período estudado.

b) Abordagem do fenómeno migratório a partir dos registos de passaportes

Se ficamos um pouco esclarecidos com a mobilidade da população do Ginzo desde meados do séc. XVIII às primeiras décadas do séc. XIX, pensamos que seria relevante compreender um pouco melhor a profundidade deste fenómeno nesta paróquia na a 2ª met. do século XIX (1854 a 1896).

Usamos como metodologia o cruzamento dos elementos que tínhamos das fontes paroquiais com aqueles que eram provenientes dos registos das guias de passaportes. Este processo indiciou-nos o movimento migratório para o Brasil, apesar de nem todos os registos de passaportes corresponderem a saídas.

Dos 4169 pedidos de passaportes, 42 eram provenientes de Alvito S. Pedro, ou seja 1%. Podemos dizer que esses 42 pedidos corresponderam, possivelmente, a 26 pessoas, 24 do sexo masculino e 2 do feminino. Estes valores parecem-nos reduzidos, todavia temos de ter em

atenção, não só que o concelho de Barcelos era o mais vasto em freguesias e um dos mais populosos⁸, mas também, o facto de que esta paróquia não tinha muita gente, onde a saída de uma parte da população em idade de procriar traria as suas repercussões na estrutura familiar.

Dos 26 potenciais emigrantes, 69,2% eram solteiros e 30,8% casados em idades jovens. Dos que partiram todos estavam ligados à terra. Eram jornaleiros, ou lavradores com parcelas de terras reduzidas, ou filhos que ajudavam os pais nessas tarefas, ou ainda jovens que estudavam, sendo os seus progenitores proprietários. Parte considerável destes emigrantes eram lavradores que tinham poucos recursos (Miranda, 1993: 176-189). Os poucos filhos de proprietários que emigraram, eram os mais novos do respectivo agregado familiar. Teriam ido em busca de algo que lhes poderia ser difícil de alcançar se ficassem na aldeia.

Estes emigrantes saem de Alvito S. Pedro possivelmente para fugirem às pressões económicas, que de ano a ano se agravavam na sociedade rural, tornando-se incompatíveis com o progressivo crescimento populacional desta comunidade rural na 2ª met. do séc. XIX. Nessa altura, desce a idade média ao casamento das mulheres e o celibato definitivo para ambos os sexos, enquanto se agravaram as condições sócio-económicas. Através das fontes relativas à contribuição de impostos, verificamos um aumento pronunciado da carga fiscal, a qual é acompanhada de uma crise de produção no sector agrícola provocada por razões climáticas, moléstia das vinhas (filoxera), falta de mão de obra e empobrecimento das explorações (Capela, 1989: 26-27). Estes factos não são meras reflexões teóricas à posterior. Elas reflectem as dificuldades e os comportamentos vividos pelas populações a tais situações, como a imprensa regional da época salientou: "*Uma das questões que mais se tem debatido na imprensa do Paiz, é a da emigração para o Brazil (...).*

O mal da emigração, se o é, relativamente considerado, não se evita proibindo-a, ou estorvando-a; mas sim proporcionando no proprio Paiz, trabalho e os meios de viver, como seres nacionaes, aos que só acham ne emigração meio de fugir à desgraça do pauperismo.

Para isto, é mister crear elementos de trabalho; melhorar as leis sociaes; e fomentar o progresso economico da Nação" e "Todos sabem, que desde que o mal das vides tirou à industria agricola um dos seus principaes recursos, a população rural se acha em circunstancias anormaes, e que os cereaes são o seu unico recurso productivo. A mudança de condições na existencia economica do paiz, encareceu a vida e o preço do trabalho, e assim se agravou o modo de ser da classe agricola, que

8. Ver Censos de 1864, 1878, 1890 e 1900.

colhe menos e gasta mais do que em outros tempos" (Editoriais do Jornal "Ecco de Barcelos", de 7-11-1860 e 13-3-1861 respectivamente).

O impacto do fenómeno migratório na população é uma realidade. A saída de jovens solteiros nesta paróquia em idade de contrair matrimónio influenciou, não só o mercado matrimonial, mas também teve as suas repercussões no campo da fecundidade, no caso de permanecerem solteiros ou de casarem tardiamente, como sucedeu. Além disso, a saída de homens casados veio interromper, em algumas situações, o processo de fecundidade que estava em curso, retirando potencialidades reprodutivas ao núcleo familiar.

É verdade que não se pode esconder ou ignorar o número reduzido de emigrantes de Alvito S. Pedro nestas situações, porém temos que considerar que a população desta paróquia não era vasta e qualquer pequena alteração de potencial humano teria as suas consequências.

As componentes demográficas desta paróquia, na 2ª met. do séc. XIX, perspectiva-nos um crescimento populacional. Desta forma, a emigração para o Brasil poderia ter servido como força de equilíbrio entre o aumento da população e a diminuição de recursos materiais (subida de impostos; quebra na produção vinícola; aumento do custo dos cereais e da mão de obra).

Em suma, a emigração parece-nos ter actuado como um instrumento de equilíbrio entre recursos e população (Livi Bacci, 1990: 7-19).

2.5. A acção das crises epidémicas

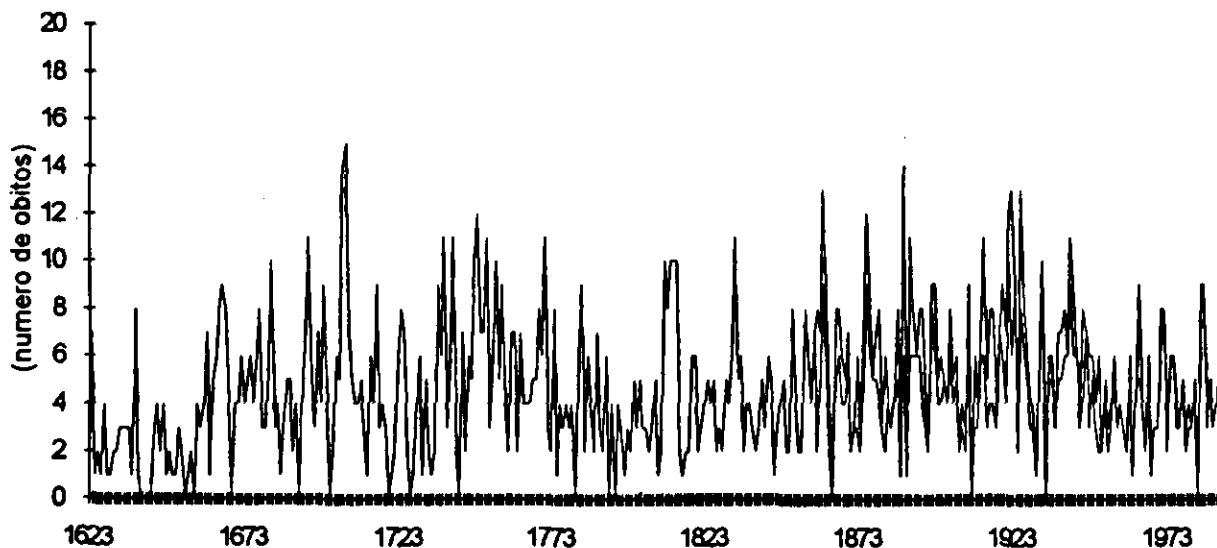
Quando surgem crises epidémicas, os seus efeitos reguladores e consequências são relevantes na estrutura demográfica das sociedades do Antigo Regime. Após a peste, notam-se alterações no comportamento fecundo das populações; o que estimula o aparecimento de casamentos em idades mais jovens, originando um ritmo mais elevado de sucessão dos nascimentos (Perrenoud, 1979: 43). Deste modo, recompõe-se o dinamismo de uma população que foi atingida por uma sobremortalidade significativa nos adultos.

Em Alvito S. Pedro este mecanismo parece não ter actuado.

Não encontramos neste longo período de 1623 a 1989, um ano onde o número de óbitos quadruplicasse, daí não utilizarmos a expressão "mortalidade excepcional" (Livi Bacci, 1984: 73-76). Apesar disso, houve alguns anos onde os óbitos triplicaram e noutros duplicaram –1704/05; 1737/40; 1809/13 e 1921– levando-nos a pensar que nesses anos fez-se sentir, em Alvito S. Pedro, pequenas ou médias crises de mortalidade. É possível que estas ligeiras crises tenham tido repercussões na estrutura

demográfica desta paróquia, de acordo com a sua intensidade e estrutura. Todavia, devido ao grau de coesão e de mecanismos de reacção por parte das populações, parece-nos que esta paróquia rural não sofreu verdadeiras crises de mortalidade adulta, na medida em que não actuaram os mecanismos de auto-regulação complementares, continuou-se a casar tarde e manteve-se inalterável o potencial de fecundidade.

Gráfico 3: Movimento total dos obitos / adultos. Alvito S. Pedro e anexa



A ideia de que as epidemias foram um dos mecanismos de auto-regulação nas sociedades tradicionais não teve em Alvito S. Pedro um papel activo e marcante, como parece ter tido noutras.

Conclusão

As sociedades do Antigo Regime adoptaram mecanismos auto-reguladores do comportamento, no sentido de equilibrarem a relação entre recursos económicos e população. Utilizaram forças de contracção no intuito de moderar o seu crescimento, tornando-o mais lento de acordo com as disponibilidades da terra e alimentos, permitindo um equilíbrio razoável entre a terra disponível, técnicas agrícolas e população.

As gentes de Alvito S. Pedro e anexa viviam num contexto sócio-económico semelhante. A terra era a base da sua sobrevivência, todavia esta, para além de estar mal repartida, não dava a produtividade necessária para abastecer uma população em crescendo. Daí que, a sua população (os casais) tenha adaptado o seu comportamento às diversas situações, através da utilização de freios biológicos, sociais e culturais, desde que a conjuntura sócio-económica os impusesse.

As situações apresentadas apontam-nos aspectos interessantes. Assim, a mortalidade infanto-juvenil nesta paróquia não parece ter sido muito drástica, revelando-nos uma situação mais favorável na sobrevivência das crianças quando comparada com outras paróquias. Um cenário deste tipo, correlaciona-se com outro comportamento demográfico verificado nesta comunidade: baixas taxas de fecundidade por grupos de idade durante o período pré-malthusiano, as quais não alteraram o equilíbrio entre Homem e Natureza. As baixas taxas de mortalidade infantil e o aleitamento prolongado dos filhos, poderão ter sido os principais suportes deste comportamento. Todavia, não podemos desprezar outros, entre eles a redução de contactos sexuais em certas alturas do ano por motivos de ordem religiosa, de excesso de trabalho e os de carências alimentares.

Este "puzzle", entre as variáveis demográficas, compõe-se e equilibra-se, se analisarmos os seguintes indicadores da nupcialidade: idade média ao primeiro casamento e celibato definitivo, os quais parecem funcionar como travões à dependência e ao empobrecimento geral da comunidade, na medida em que este comportamento demográfico é sensível às conjunturas económicas.

A idade média ao primeiro casamento dos cônjuges de Alvito S. Pedro e anexa foi elevada para ambos os sexos, até finais do séc. XIX. As mulheres, desta comunidade, casaram sempre numa idade mais tardia do que a dos homens, próxima dos 30 anos até meados de oitocentos. Na parte final desse século e durante o séc. XX, notámos uma quebra pronunciada na idade média da mulher ao primeiro casamento, situando-se abaixo da média masculina em dois anos: eles casam próximo dos 27, enquanto elas entre os 24 e 25 anos. O casar tarde por parte da mulher reduz o seu período de fertilidade ou reprodutivo.

Em relação ao celibato definitivo, parece-nos que este comportamento assume valores interessantes nesta paróquia. Ser solteiro teria sido imperativo, económica e socialmente viável nesta comunidade, visto que acima dos 50 anos, mais de 1/3 das mulheres e 1/4 dos homens permaneceram solteiros, de 1623 a 1939. Estes valores para o séc. XVII e 1ª met. do séc. XVIII ainda eram mais elevados, situando-se, no período de 1850 a 1939 em 24% para os homens e 33% para as mulheres.

Se nestas populações o matrimónio foi um eficaz regulador do casamento, houve um outro que não deve ser descurado: a mobilidade. Esta permitiu uma melhor redistribuição da população tendo por base os recursos económicos. A saída de jovens solteiros, em idade de contraírem matrimónio, pode influenciar o mercado matrimonial e o campo da fecundidade, caso casassem mais tarde. Além disso, a saída de homens casados poderia interromper todo o processo de fecundidade que estava em

curso, retirando potencialidades reprodutivas ao núcleo familiar. Estas ideias valorizam-se se dissermos que, o movimento migratório na paróquia de Ginzo de 1745 a 1828, rondava os 18 a 19% da população residente, sendo mais activo nos homens do que nas mulheres e para a 2ª met. do séc. XIX assistimos a uma saída não maciça, mas importante, de jovens adultos em direcção ao Brasil.

Todos estes mecanismos de adaptação homeostática encarnam forças de resistência/equilíbrio na sucessão das gerações de Antigo Regime, se nessas sociedades a mortalidade for baixa, quer em idades jovens, quer adultas, o que parece ter acontecido. A articulação em pleno de todos estes mecanismos auto-reguladores permitiram equilibrar o crescimento demográfico desta comunidade rural com os reduzidos recursos económicos provenientes da terra⁹ (Eiras Roel, 1990: 63-72).

Bibliografia

- AMORIM, M.N., 1983-84. "S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830", *Revista Brigantia*, Bragança.
- AMORIM, M.N., 1987, "Mortalidade e emigração irreversível das gerações nascidas numa paróquia açoriana entre 1854 e 1884", *Separata do Boletim do Inst. Histórico da Ilha Terceira*, XLV.
- AMORIM, M.N., 1987, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, I.N.I.C., Lisboa.
- AMORIM, M.N., 1991, "Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1.
- AMORIM, M.N., 1992, *Evolução Demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Inst. Ciências Sociais, Univ. Minho.
- BIDEAU, A., 1984, "Mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais", in Marcílio, M.L., *População e Sociedades - evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Brasil.
- BOULANGER, P. e TABUTIN, D., 1980, *La mortalité des enfants - dans le monde et dans l'histoire*, Departement de Demographie, Univ. Catholique de Louvain, Ordina Editions.
- BRETELL, C., 1991, *Homens que partem mulheres que esperam*, Pub. Dom Quixote, Lisboa.
- CAPELA, J.V., 1989, *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos*, Ed. Correio do, Minho, Braga.

9. Se elaboramos um quadro sinóptico dos mecanismos de controlo e sua relação com o crescimento demográfico, veríamos que o seu crescimento era moderado/controlado; a mortalidade adulta e infanto-juvenil era baixa; a mobilidade razoável, sobretudo para o sexo masculino; a nupcialidade era controlada e a fecundidade relativamente moderada.

- DUPÂQUIER, J., 1979, *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.
- DUPÂQUIER, J., 1984, *Pour la démographie historique*, P.U.F., Paris.
- EIRAS ROEL, A., 1990, "Mecanismos autorreguladores, evolución demográfica y diversificación intrarregional. El ejemplo de la población de Galicia a finales del siglo XVIII", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, VIII, 2.
- FLINN, M., 1989, *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Ed. Crítica, Barcelona.
- GUILLAUME, P. e POUSSOU, J.P., 1970, *Démographie Historique*, Ed. Armand Colin, Paris.
- HAJNAL, J., 1965, "European Marriage Patterns in Perspective", in Glass, D.V. e Eversley, D.E.C. (eds.), *Population in History*, London.
- LIVI-BACCI, M., 1984, "Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências", in Marcílio, M.L., *População e Sociedade - evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Brasil.
- LIVI-BACCI, M., 1990, "361 millones de problemas", in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, VIII, 3.
- LIVI-BACCI, M. e REHER, D.S., 1991, "Otras vías hacia el pasado: de series vitales a dinámicas demográficas en población históricas", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 3.
- MIRANDA, F., 1993, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa, 1567-1989*, Ed. Junta de Freguesia, Barcelos.
- OLIVEIRA-MARQUES, A.H., 1981, *História de Portugal, vol. III*, Palas Editores, Lisboa.
- PÉREZ MOREDA, V., 1980, *La crisis de mortalidad en la España Interior, siglos XVI-XIX*, Siglo XXI, Madrid.
- PERRENOUD, A., 1979, *La population de Genève du XVIe au début du XIXe siècle. Etude Démographique*, Ginebra.
- PRESSAT, R., 1985, *Introducción a la demografía*, Ed. Ariel, Barcelona.
- REHER, D.S., 1988, "Fluctuaciones económicas y comportamiento demográfico en la España urbana", in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, VI, 3.
- ROWLAND, R., 1984, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal", *Ler História*, 3.
- ROWLAND, R., 1987, "Nupcialidade, família e mediterrâneo", *I Congrès Hispano-Luso-Italià de Demografia Histórica*, Barcelona.